

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.166 - SP (2019/0296280-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ALESSANDRO DA SILVA CRUZ (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALESSANDRO DA SILVA CRUZ apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução Penal n. 0006130-64.2019.8.26.0026).

Consta dos autos que o paciente foi progredido ao regime semiaberto pelo Juízo da execução, mas a decisão foi revertida pelo Tribunal no bojo de agravo em execução interposto pelo órgão ministerial e cujo julgamento foi sumariado na seguinte ementa (e-STJ fl. 104):

Agravo em execução penal Ministério Público Progressão de regime Requisito subjetivo não demonstrado Atestado de bom comportamento carcerário insuficiente Peculiaridades do caso concreto que tornam imprescindível a realização de exame criminológico Decisão cassada Determinada a realização da perícia Recurso parcialmente provido.

Alega a Defensoria Pública que, "se o Juízo das Execuções Criminais, que mantém relação próxima e ciente dos acontecimentos da vida carcerária dos reeducandos sob sua jurisdição, entendeu satisfeitos os requisitos legais, inclusive nada obstando quanto o mérito, não há que se modificar decisão que se pautou nos estritos ditames legais, seja da Lei n. 7.210/84 ou da Lei. 10.792/03, e na análise das condições pessoais do PACIENTE" (e-STJ fl. 6).

Argumenta que "o pedido de progressão que fora deferido pelo Juízo da Vara das Execuções Criminais está devidamente instruído com o ATESTADO DE BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO do PACIENTE, restando, deste modo,

# Superior Tribunal de Justiça

comprovado os requisitos do artigo 112 da LEP, não podendo ser referida progressão negada apenas sob os argumentos de que o PACIENTE ostenta longa pena a cumprir e que os crimes por ele praticados são graves" (e-STJ fl. 14).

Requer "seja recebido e processado a presente ordem, sob o efeito da liminar, SUSTANDO-SE A SUBMISSÃO DO PACIENTE AO REGIME DE PENA MAIS RIGOROSO, repudiando o constrangimento ilegal que do desacerto da decisão do TRIBUNAL-COATOR já vem causando, e, requisitadas as informações do TRIBUNAL-COATOR, ouvido MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em parecer, para, ao final, seja CASSADO O JULGADO DO AGRAVO EM EXECUÇÃO pelo TRIBUNAL-COATOR, MANTENDO-SE A DECISÃO MONOCRÁTICA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS LEGAIS, EIS QUE CONDIGNA COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL, permitindo assim o cumprimento progressivo da pena nos termos do artigo 112 da LEP" (e-STJ fl. 17).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal, sobretudo ante as faltas graves praticadas pelo paciente e mencionadas no acórdão (e-STJ fl. 105).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao

# *Superior Tribunal de Justiça*

Juízo da execução, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

